

## REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE “ESTADO DE NATUREZA” EM ROUSSEAU

### REFLECTIONS ON THE "STATE OF NATURE" CONCEPT IN ROUSSEAU

José João Neves Barbosa Vicente<sup>1</sup>

**RESUMO:** A referência ao “estado de natureza” é constante nos escritos de Rousseau, mas a maneira como o pensador genebrino aborda essa questão, não costuma gerar unanimidade entre os seus leitores. Para alguns, trata-se de um conceito de menor importância; para outros, é apenas um recurso retórico. Existem, no entanto, aqueles que consideram o “estado de natureza” em Rousseau, como um conceito chave em seus escritos e essencial para compreender o seu pensamento. Este é também o posicionamento deste artigo, cujo objetivo é discutir esse conceito e apresentar o seu significado e a sua importância no pensamento de Rousseau.

**PALAVRAS – CHAVE:** Aparência. Autenticidade. Estado de natureza. Homem. Sociedade.

**ABSTRACT:** The reference to the "state of nature" is constant in Rousseau's writings, but the way the Geneva thinker conceives this question does not usually generate unanimity among his readers. For some, it is a concept of minor importance; for others, it is only a rhetorical device. There are, however, those who consider the "state of nature" in Rousseau as a key concept in their writings and essential to understanding their thinking. This is also the positioning of this article, whose objective is to discuss this concept and to present its meaning and its importance in the thought of Rousseau

**KEYWORDS:** Appearance. Authenticity. State of nature. Man. Society.

Rousseau é um pensador importante, principalmente pelas suas ideias e teorias sobre educação e política desenvolvidas no século XVIII. Mas também é conhecido pelas suas críticas radicais dirigidas contra a sociedade, a cultura e o sistema político da sua época. Críticas que foram possíveis, principalmente porque ele era um grande observador e estudioso dos homens; esses estudos e observações contribuíram, segundo suas próprias palavras, para que ele descobrisse a “verdadeira história” dos homens (ROUSSEAU, 1983c, p.237) e perceber, também, que entre seus discursos e suas ações existiam grandes diferenças: os homens agem de forma diferente como falam.

---

<sup>1</sup>Possui graduação e mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás e doutorado em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia. Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e editor da Griot : Revista de Filosofia. Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em Ética, Filosofia Política, Filosofia da Educação e História da Filosofia, atuando principalmente nos seguintes temas: Filosofia Política, Ética, Filosofia da Educação, História da Filosofia. Email: josebvicente@bol.com.br

Para o pensador genebrino, essa constatação revela uma verdadeira e irreversível cisão nos homens entre o ser e o parecer. E foi dessa cisão que surgiram todas as mazelas sociais, políticas e culturais, por isso os homens da “sociedade moderna”, como vistos por Rousseau (1995a, p.268), são indivíduos preocupados apenas em mostrar os “seus discursos”, mas “escondem suas ações”; eles estão totalmente perdidos e nenhum deles consegue saber, de fato, quais são as verdadeiras atitudes e intenções do outro. Os homens estão, portanto, na condição de desenvolver todos os males e vícios da sociedade que apenas prejudicam a si próprios, afinal, o mal é, para Rousseau, sempre algo da responsabilidade deles.

Conforme observações de Neiman (2003, p.55), quando se discute a questão do mal em Rousseau, não se pode deixar de mencionar que tal discussão já era conhecida em sua época, mas o seu posicionamento sobre o tema mudou consideravelmente o modo de se lidar com esse problema. Ninguém antes dele tratou o mal como “problema *filosófico*” ou ofereceu uma “coisa parecida com uma solução para ele”. Com Rousseau, portanto, a responsabilidade pelo mal sai das mãos de Deus para ficar firmemente nas mãos dos homens que, apesar de não serem inerentemente perversos, alienaram de sua própria natureza. Para o pensador genebrino, como escreveu Neiman (2003, p.61) em seus estudos, “o mal é externo, e não intrínseco a quem somos, e envolve justamente um foco no externo em vez de no essencial”.

Para chegar a essa constatação do estado presente dos homens como já foi descrito até aqui, Rousseau (1983c, p.237) procurou compreendê-los não através dos “livros” de seus “semelhantes que são mentirosos”, mas sim como foram constituídos pela “natureza que jamais mente”. Ele recorreu, portanto, ao conceito de “estado de natureza” que, apesar de não ser um “lugar”, isto é, um espaço “físico” e “concreto”, sem ele, no entanto, não seria possíveis constatações e nem a elaboração das suas críticas dirigidas aos vários segmentos da sociedade da sua época. Como ele mesmo escreveu, é a noção “exata” do estado de natureza que nos permite o “bem julgar do nosso estado presente” (ROUSSEAU, 1983c, p.295).

O conceito de “estado de natureza”, como compreendido e descrito por Rousseau é, portanto, fundamental em seus escritos e imprescindível para se compreender adequadamente o seu pensamento. Aqueles que insistem em discutir se ele é uma “invenção” ou “imaginação”, se existiu, existe ou existirá um dia, não mudam em nada a importância desse conceito no pensamento de Rousseau. Para um leitor atento, não é difícil de constatar que o próprio Rousseau (1983c, p.228) deixou claro que o estado de natureza não pode ser tomado como algo capaz de ter a sua existência objetiva comprovada, uma vez que não se trata apenas de

um “estado” que “não mais existe”, mas sim de um momento que “talvez nunca tenha existido” e “provavelmente jamais existirá”.

Uma vez que o “estado de natureza” em Rousseau não se refere a um lugar ou espaço físico e concreto, alguns dos seus leitores podem considerá-lo simplesmente uma “imaginação” do seu autor. Outros ainda podem perfeitamente seguir as observações feitas por Ferris (2013, p.231-233) e considerar o “estado de natureza” em Rousseau, como algo fundamentado em afirmações infundadas, a saber, “que os seres humanos viviam originalmente num feliz estado de pacífica igualdade do qual acabaram por cair devido a imprudentes inovações como o fabrico de ferramentas e os direitos de propriedade”. Ainda de acordo com Ferris (2013, p.231-233), grande parte das afirmações do pensador genebrino “é tão deslocada que chega a ser ridícula”, uma vez que de acordo com as pesquisas desenvolvidas pelos antropólogos e outros cientistas sociais, não existe algo no comportamento dos “povos pré-agrícolas” que possa ser comparado ao “Paraíso” descrito por ele, pelo contrário, o que eles descobriram nas sociedades de caçadores recoletores é que “dois terços” deles “viviam num estado de guerra quase constante, produzindo taxas anuais de mortalidade de 0,5 por cento da população”.

Esses tipos de observações, no entanto, como já foi dito anteriormente, não mudam em nada a importância que tem o conceito de “estado de natureza” no pensamento de Rousseau. Independentemente de ser real, concreto, mito, imaginação ou afirmação infundada, é preciso registrar que o conceito de “estado de natureza” é um dos elementos imprescindíveis no contexto do pensamento de Rousseau. Ele funciona como uma referência fundamental que dá sentido à sua teoria, às suas críticas e considerações em relação à sociedade e à política do seu tempo. O estado de natureza é, para Rousseau, o critério ou a norma mais importante para um julgamento preciso da sociedade presente; ele permite distinguir com “precisão” o que os homens verdadeiramente são daquilo em que se tornaram na “sociedade civilizada”.

Se Rousseau conseguiu enxergar os homens do seu tempo como seres decadentes, corrompidos, fragmentados, mergulhados na aparência e sob vários tipos de máscaras, foi devido ao seu conceito de estado de natureza, no qual eles viviam em uma condição radicalmente inversa. No estado de natureza, os homens, como descrito pelo pensador genebrino, eram uma “unidade numérica” e não “fracionária” como se apresentam na “sociedade moderna”. Nesse estado, cada homem era verdadeiramente “um”, isto é, ele mesmo, um ser “autêntico” sem qualquer separação entre o seu discurso e a sua ação; nunca é

demais lembrar que, para Rousseau, ser autêntico e inteiro implica necessariamente ser “um” e coincidir os discursos com as ações.

No estado de natureza, os homens eram guiados unicamente pelo instinto, suas preocupações eram apenas com a própria conservação. É por isso que, nesse estado, todos viviam totalmente em paz consigo mesmos e absolutamente livres de todo e qualquer tipo de sentimento de comparação em sua alma. Cada indivíduo “olhando-se a si mesmo como o único espectador que o observa, como o único ser no universo que toma interesse por si, como o único juiz de seu próprio mérito”, diz Rousseau (1983c, p.307), “torna-se impossível que um sentimento, que vai buscar sua fonte em comparações que ele não tem capacidade para fazer, possa germinar em sua alma”. Os homens, portanto, não sentiam “ódio nem desejo de vingança”.

Esses tipos de sentimentos são típicos dos homens que vivem na “sociedade moderna” e, de um modo geral, eles nascem da ofensa recebida. Uma atitude cuja fonte está na intenção de prejudicar uns aos outros, uma vez que todos sentem prazer em apreciar a si próprios e de fazer comparações para se obterem vantagens. No estado de natureza, cada indivíduo enxergava “seus semelhantes” como enxergavam os “animais de outra espécie”; ele tomava, por exemplo, “a presa do mais fraco” ou cedia a “sua ao mais forte” apenas “como acontecimentos naturais, sem o mínimo movimento de insolência ou de despeito e sem outra paixão além da dor ou da alegria de um bom ou mau êxito”. Os homens viviam, portanto, como escreveu Rousseau (1983a, p.28), “em sua primitiva independência” e o contato com os outros acontecia esporadicamente e casual, uma relação insuficiente para “constituir” entre eles “quer o estado de paz quer o de guerra”.

Nenhum deles tinha, também, qualquer tipo de relação moral ou obrigação para com seus semelhantes e nem tinha vícios ou virtudes. No estado de natureza, “os únicos bens” que os homens conheciam eram “a alimentação, uma fêmea e o repouso”; e “os únicos males” que temiam eram “a dor e a fome” (ROUSSEAU, 1983c, p.244). Nesse estado, como observou Goyard-Fabre (2001, p.39), cada indivíduo vivia “fechado em sua individualidade” e a “relação social” não tinha nenhum sentido para ele. Assim, a sociedade moderna é, aos olhos de Rousseau, “o fim da era do homem natural”, todos estão “a ferros”. Os homens destruíram sua identidade natural e “em lugar de um ser agindo sempre por princípios certos e invariáveis”, como afirmou Rousseau (1983c, p.227), “não se encontra senão o contraste disforme entre a paixão que crê raciocinar e o entendimento delirante”. A sociedade como se

encontra constituída, não representa outra coisa senão a degradação total do homem em relação ao seu estado natural e original; ela é, portanto, uma afronta ao estado de natureza.

Em relação aos “costumes” dos homens no estado de natureza, como destacou Rousseau (1983b, p.336), “eram rústicos, mas naturais”; suas vidas eram simples porque estavam de acordo com a natureza. Na sociedade moderna, infelizmente, “reina entre nossos costumes uma uniformidade desprezível e enganosa”; é como se “todos os espíritos” tivessem fundidos “num mesmo molde”, uma vez que, “incessantemente”, afirma Rousseau (1983b, p.336), “a polidez impõe, o decoro ordena; incessantemente seguem-se os usos e nunca o próprio gênio. Não se ousamais parecer tal como se é” e ninguém sabe mais quem é o outro verdadeiramente. Os homens, para Rousseau (1983c, p.291), eram “bons”, mas se transformaram em seres “depravados” devido “as mudanças sobrevindas em sua constituição”. Todos “os progressos” que fizeram e “os conhecimentos” que adquiriram, não vão impedir o surgimento de ódio entre eles “à medida que seus interesses se cruzam”.

Essa desfiguração do homem, de acordo com comentários de Jaeggi (2014, p.7-8), não significa outra coisa senão a “deformação dos seres humanos pela sociedade”. O homem, conforme observação desse autor, está com a sua natureza totalmente dividida. Assim, ele encontra-se submetido aos ditames conformistas da sociedade, carente de reconhecimento e dependente de opinião dos outros; o homem “social” se tornou um ser “artificial e desfigurado”, jamais conseguirá realizar-se plenamente. Permanecerá para sempre um ser dependente que incessantemente busca orientação de si nos outros; com necessidades ilimitadas, ele contribui não apenas para o surgimento da “dominação e escravização”, mas também “para a perda da autenticidade”, ficando assim em uma situação totalmente “oposta à autonomia e à autenticidade do estado da natureza”.

O homem está, portanto, totalmente perdido na sociedade moderna; afastado de si mesmo, a sua existência e o seu modo de viver dependem da opinião e do olhar do outro. Ele não apenas quer ser visto, quer também ser admirado pelos outros, não se importa com as coisas com elas são, mas sim como elas parecem ser. Essa obsessão pela aparência e pelo olhar do outro contribui para transformar a relação entre indivíduos em mentira e falsidade. Uma situação, portanto, radicalmente oposta ao estado de natureza onde cada indivíduo bastava-se a si mesmo e ninguém dependia do outro. Nesse estado, o homem estava “sujeito a poucas paixões e bastando-se a si mesmo, não possuía senão os sentimentos e as luzes próprias desse estado, no qual só sentia suas verdadeiras necessidades, só olhava aquilo que acreditava ter interesse de ver” (ROUSSEAU, 1983c, p.256-257).

Mas, infelizmente, o homem se tornou um ser dependente do outro, uma dependência, nas palavras de Campbell (2012, p.34) e James (2013, p.18), “antinatural e intrinsecamente corruptora”, uma vez que ela é radicalmente oposta à dependência “natural”, isto é, aquela experimentada pelo homem em relação às “coisas” no “estado da natureza”. Na sociedade, como disse Todorov (2001, p.7), o homem apenas enxerga “a si próprio através dos olhos dos outros”, além de valoriza o parecer e não o ser, a opinião e não as suas próprias ideias, a vaidade e não a simplicidade. Seu coração encontra-se carregado de sentimentos de autoafirmação, autoengrandecimento e emulação, ele está preso definitivamente ao “amor-próprio, que se compara”, como afirmou Rousseau (1995a, p.236-237), e “nunca está satisfeito e não o poderia estar, porque tal sentimento, em nos preferindo aos outros, exige também que os outros nos prefiram a eles; o que é impossível”.

Não é difícil de perceber, portanto, que para o pensador genebrino, “o homem, de livre e independente que antes era”, agora não passa de um ser sujeito a várias coisas “e, sobretudo, a seus semelhantes dos quais num certo sentido se torna escravo”, como escreveu Rousseau (1983c, p.267), “mesmo quando se torna senhor: rico, tem necessidade de seus serviços; pobre, precisa de seu socorro, e a mediocridade não o coloca em situação de viver sem eles”. É por isso que a sociedade moderna como vista por Rousseau, não representa um lugar melhor, mas sim um símbolo permanente da queda dos homens da liberdade e paz, para a dependência e desordem. Todas essas constatações e descrições do “homem social”, bem como as críticas dirigidas ao seu comportamento e à sociedade e suas instituições, não foram possíveis porque o pensador genebrino estudou os livros existentes em sua época; como ele mesmo disse, “procurei a verdade nos livros, e só encontrei mentira e erro” (ROUSSEAU, 2005, p.78). O que o possibilitou alcançar tais resultados e conclusões foi o seu conceito de estado de natureza e a comparação entre esse estado e o estado presente dos homens, entre a situação da sociedade constituída e o estado de natureza.

Sem poder contar com a ajuda dos “conhecimentos” registrados nos livros da sua época, uma vez que eles apenas “ensinam a ver os homens como eles se fizeram” (ROUSSEAU, 1983c, p.230), Rousseau, então, decidiu olhar para o homem exatamente como a “natureza” o havia formado com todas as mudanças que a sucessão do tempo e das coisas provocaram em sua constituição original, separando “o que pertence à sua própria essência daquilo que as circunstâncias e seus progressos acrescentaram a seu estado primitivo ou nele mudaram” (ROUSSEAU, 1983c, p.227). Muito atento para que todos os erros pudessem ser evitados, principalmente os erros cometidos por aqueles que tentaram compreender ou

descrever o estado de natureza, mas transportaram para ele as ideias pertencentes à sociedade, o pensador genebrino removeu minuciosamente todo o “pó e a areia”, livrou-se das concepções de origem social e afastou todos os fatos, pois eles não têm utilidade nesse empreendimento. Sua “pesquisa”, como ele mesmo fez questão de dizer, não tem qualquer pretensão de ser ou de alcançar “verdades históricas”, ela deve ser entendida e considerada apenas “como raciocínios hipotéticos e condicionais” (ROUSSEAU, 1983c, p.236).

O conceito de “estado de natureza” em Rousseau, não diminui a sua importância e significado no contexto da sua obra, mesmo que alguns insistem em classificá-lo como um recurso meramente retórico, imaginação, mito, algo totalmente sem existência física ou concreta. Essas constatações, na verdade, nem sequer estão na contramão do modo como o próprio pensador genebrino entende o estado de natureza em seus escritos, como já foi observado anteriormente. Como se sabe, em nenhum momento ele disse, por exemplo, que tal estado possui uma existência física, real ou concreta; é por isso que ele nunca sequer cogitou qualquer possibilidade de um retorno a tal estado para que os homens livrassem da condição vivida por eles na sociedade moderna. Para Rousseau (1959, p.935), “a natureza humana” não é algo com capacidade para se retroagir, por isso “jamais se pode retornar à época da inocência e da igualdade quando já se afastou dela uma vez”; assim, voltar a ao estado de natureza, como observou Neiman (2003, p.65), é “tão pouco provável quanto uma volta ao Éden”. Uma vez “tendo passado pelo ‘estado de sociedade’”, como escreveu Todorov (2005, p.83), o homem não pode mais retroceder: “a história é irreversível, não se pode desfazer o que foi feito”.

É preciso dizer que, independentemente do modo como cada leitor entende o conceito de estado de natureza, uma coisa deve ser jamais ignorada, a saber, que, em Rousseau, tal conceito é uma referência importante e imprescindível para a compreensão da sua teoria e da sua crítica à sociedade da sua época. Sem um entendimento adequado do conceito de estado de natureza, ou em outras palavras, sem atribuí-lo o seu significado e a sua importância nos escritos de Rousseau, praticamente é impossível dizer alguma coisa que faça sentido nesse pensador. No contexto dos escritos de Rousseau, o conceito de estado de natureza como entendido e descrito por ele, funciona como norma ou critério a partir do qual ele faz o seu julgamento radical da sociedade presente para distinguir, como disse Cassirer (1999, p.50), “o que o ser humano é e aquilo em que se tornou artificialmente”. Seu pensamento e o objetivo da sua obra, não expressam a força e o sentido desejados por ele, se o conceito de estado de natureza for desprezado, ignorado ou atribuído um peso menor em relação aos outros

conceitos presentes em seus escritos. Em outras palavras, se ignorarmos o valor e a importância do estado de natureza na obra de Rousseau, certamente o entendimento das suas ideias fica comprometido.

O estado de natureza em Rousseau funciona como um elemento imprescindível que permite fazer críticas radicais contra os valores, as crenças e os modos de vida da sociedade. O conceito de estado de natureza é, para Rousseau, como escreveu Starobinski (2011, p.26), um “princípio sobre o qual a dedução poderá apoiar-se, em busca de uma série de causas e de efeitos bem encadeados, para construir a explicação genética do mundo tal como ele se oferece aos nossos olhos”. Rousseau, portanto, como sublinhou Cassirer (1992, p.358), é um pensador que “está longe de aceitar o estado de natureza como um estado de fato em cuja contemplação ele absorver-se-ia, à beira do qual suspiraria, com o qual sonharia”. Para ele, o estado de natureza funciona como norma ou critério, e é nisso que reside a sua importância e o seu valor em seus escritos.

Assim, para o pensador genebrino, ainda de acordo com observações de Cassirer (1992, p.358), “o Estado e a sociedade de hoje devem contemplar seu próprio rosto no espelho do estado de natureza, devem aprender a ver-se e a julgar-se”. Para Rousseau, é preciso que o estado de natureza sirva de espelho onde os homens possam enxergar seus rostos verdadeiros, bem como a condição decadente na qual se encontram atualmente. O estado de natureza, portanto, como concebido por Rousseau, afirma Todorov (2005, p.82), não é algo que situado “no tempo”, não é um lugar concreto ou físico e nem um “fato comparável aos outros”; ele deve ser entendido apenas como “uma construção do espírito”, cujo objetivo é facilitar a “compreensão dos fatos reais”. É por isso que ele é importante e imprescindível para se entender e compreender o pensamento de Rousseau. Portanto, é possível fazer inúmeras interpretações do conceito de estado de natureza em Rousseau e classificá-lo de vários modos, mas ele nunca deixará de desempenhar, nos escritos desse pensador, o seu papel imprescindível como referência, norma ou critério de julgamento.

### **Referências bibliográficas**

CAMPBELL, Sally Howard. *Rousseau and the Paradox of Alienation*. Lanham, Md: Lexington Books, 2012.

CASSIRER, Ernst. *A questão Jean-Jacques Rousseau*. Trad. Erlon José Paschoal. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

\_\_\_\_\_. *Rousseau, Kant, Goethe: two essays*. Translated by James Gutmann; Paul Oskar Kristeller & John Herman Randall Jr. Princeton: Princeton University Press, 1945.

FERRIS, Timothy. *Ciência e liberdade: democracia, razão e leis da natureza*. Trad. Ana Sampaio. Lisboa: Gradiva, 2013.

GOYARD-FABRE, Simone. *Politique et philosophie dans l'oeuvre de Jean-Jacques Rousseau*. Paris: P.U.F. 2001.

JAEGGI, Rahel. *Alienation*. Translated Frederick Neuhouser & Alan E. Smith. New York: Columbia University Press, 2014.

JAMES, David. *Rousseau and german idealism: freedom, dependence and necessity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

NEIMAN, Susan. *O mal no pensamento moderno: uma história alternativa da filosofia*. Trad. Fernanda Abreu. Rio de Janeiro: DIFEL, 2003.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. Trad. Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1983a (Os Pensadores).

\_\_\_\_\_. *Emílio ou da educação*. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

\_\_\_\_\_. *Discursos sobre as ciências e as artes*. Trad. Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1983b (Os Pensadores).

\_\_\_\_\_. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Trad. Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1983c (Os Pensadores).

\_\_\_\_\_. *Carta a Christophe de Beaumont e outros escritos sobre a religião e a moral*. Trad. José Oscar de Almeida Marques et al. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

\_\_\_\_\_. *Dialogues: Rousseau juge de Jean-Jacques*. Troisième Dialogue. In: *Oeuvres Complètes*, vol. I. Paris: Gallimard, Bibliothèque de La Pléiade, 1959.

STAROBINSKI, Jean. *Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: companhia das Letras, 2011.

TODOROV, Tzvetan. *Frail happiness: an essay on Rousseau*. Translated by John T. Scott & Robert D. Zaretsk. University Park, PA: The Pennsylvania State University Press, 2001.

\_\_\_\_\_. *Jardim imperfeito: o pensamento humanista na França*. Trad. Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005